

EUGÉNIO ALVES
DA SILVA

UNIVERSIDADE
AGOSTINHO NETO
Quo Vadis?

TEMAS & DEBATES - N.º 3



Kilombelombe



Kilombelombe

Rua Comandante Nicolau Gomes Spencer, n.º 203, 7.º Andar, Apt.º «C»
Caixa Postal n.º 16.500
Bairro Makulusu, Município da Ingombota, Luanda, República de Angola

Título: *Universidade Agostinho Neto: Quo vadis?*

Autor: Eugénio Alves da Silva

Editor: Mateus Volódia

Capa: Lapin Setenta e EAL

Revisão: Editorial Kilombelombe, Limitada

Colecção: «Temas & Debates», n.º 3

© Eugénio Adolfo Alves da Silva e Editorial Kilombelombe, Limitada, 2012

Todos os direitos para a publicação desta obra em língua portuguesa reservados pela Editorial Kilombelombe, Lda.

Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida sob qualquer forma ou por quaisquer meios, electrónicos ou mecânicos, incluindo fotocópias e gravações, ou por qualquer armazenamento de informação e sistema de recuperação, sem a autorização escrita do Editor.

Composição, paginação e impressão: Edições de Angola, Limitada (EAL)

Depósito Legal n.º 5529/12

ISBN: 978-989-8368-17-1

Tiragem: 1000 exemplares, 1.ª edição, 2012

EUGÉNIO ALVES
DA SILVA

UNIVERSIDADE
AGOSTINHO NETO
Quo vadis?

Prefácio
Licínio C. Lima



Índice

11	Agradecimento
15	Prefácio
23	Prólogo
35	1 - A universidade na África subsahariana
44	1.1 - A universidade como símbolo de soberania
51	1.2 - A expansão do ensino superior em África
54	1.3 - A crise da educação superior e da universidade africana
69	2 - Universidade, Estado e burocracia em África
85	3 - Funções e relevância social da universidade em África
95	4 - A Universidade de Angola e a construção nacional
98	4.1 - Antecedentes, surgimento e desenvolvimento (de 1962 até 1975)
119	4.2 - A Universidade de Angola após a independência

130	4.2.1 - O período de afirmação revolucionária (1976-1980)
159	4.2.2 - O período de ajustamento e expansão (1980-1991)
184	4.2.3 - O período de crise e confrontação (1991-2002)
202	4.3 - A UAN e a situação recente da universidade em Angola (até 2010)
227	5 - A mudança radical no ensino superior e a nova UAN
245	Epílogo
261	Bibliografia
263	1. - Obras publicadas
279	2. - Documentos
283	Biobibliografia do Autor

Agradecimento

A concretização deste trabalho é fruto de contributos de índole diversa que devo agradecer pela importância de que se revestiram.

Ao Professor Doutor Licínio Lima, do Instituto de Educação da Universidade do Minho, na dupla qualidade de orientador científico e amigo, pelo incentivo.

Aos colegas angolanos, docentes e gestores da UAN, que colaboraram nesta investigação, permitindo elaborar a «história colectiva» desta universidade.

Ao Narciso dos Santos, colega, amigo e interlocutor de há longos anos nesta vida académica, com quem partilhei ideias que valorizaram este trabalho.

Ao ditoso Engenheiro José Luís Guerra Marques, um dos reitores da UAN que mais pugnou pela sua dignificação e que gostaria de ter visto esta obra.

De igual forma, à saudosa D. Wanda Freire por ter proporcionado e impulsionado este percurso académico.

À minha esposa e aos três filhos, pela paciência e pela compreensão quanto à ausência que o envolvimento neste trabalho implicou.

Aos meus pais, forçados a um amargo «exílio dourado», pela forma como me lançaram na vida.

Ao editor, pela consideração, gentileza e possibilidade de trazer ao público angolano este trabalho.

Braga, Agosto de 2010

Prefácio

Na sequência da sua tese de doutoramento e de outros trabalhos posteriores, Eugénio Silva publica agora um ensaio, actualizado, sobre a Universidade Agostinho Neto (UAN), revisitando as diversas fases do seu processo de construção institucional, ao longo de cinco décadas, desde o período colonial até ao presente, passando pela fase de implantação da independência de Angola.

Trata-se de um contributo relevante para a história da universidade angolana, especialmente do ponto de vista de uma interpretação político-organizacional de variadas fontes e testemunhos sobre o complexo processo de construção de uma universidade, com os seus avanços e recuos, as dinâmicas políticas e as relações de poder, as tensões entre subordinação e autonomia, as diferentes missões institucionais atribuídas por distintos regimes políticos, as variadas modalidades de relacionamento com o Estado e com o poder político, etc.

Para o efeito, o autor adopta uma perspectiva sociológica, atribuindo protagonismo à análise organizacional, um campo que lhe permite optar por abordagens teóricas plurais, de entre as quais elege a burocracia-racional e a análise política, operando sobre estas uma articulação

não apenas pertinente e bem conseguida em termos de coerência teórica e de densidade conceptual, mas sobretudo em termos de benefícios interpretativos. Daqui resulta uma interpretação original do processo de institucionalização da Universidade Agostinho Neto (UAN), apoiada por uma proposta periodológica, elementos certamente a exigir leitura atenta e crítica, e que poderão vir a suscitar reparos ou interpretações alternativas, em todo o caso, a partir de agora, contributos incontornáveis para o estudo da universidade angolana.

Também o investigador, ou estudante, das matérias da educação superior, eventualmente menos familiarizado com o contexto estudado, ou até mesmo pouco interessado nas vicissitudes da universidade africana e angolana, encontrará, porém, razões para apreciar o labor teórico e hermenêutico em torno de matérias que são, por assim dizer, clássicas. Refiro-me, não apenas, aos processos de «descolonização» das instituições de educação superior, ao longo da história e em diferentes geografias e culturas, face a poderes opressivos de muito variada origem e índole, incluindo dinâmicas de controlo heterónimo e de governamentalização incompatíveis com os ideais de autonomia universitária, mas também à emergência de novos e mais poderosos actores institucionais, seja a nível supra-estatal seja, já, na esfera privada, de orientação mercantil.

A investigação conduzida por Eugénio Silva é, simultaneamente, estimulante do ponto de vista intelectual, e perturbante do ponto de vista das dificuldades de democratização, de autogoverno e de assunção da autonomia por parte das instituições de educação superior que

foram historicamente subordinadas a lógicas de instrumentalização política, descapitalizadas em termos simbólicos e culturais, de liberdade e de potência crítica perante as instituições, as dinâmicas sociais e os poderes que devem estudar e criticar sem condescendência. Deste ponto de vista, as lógicas de dominação e de «domesticação» operadas sobre as universidades em regimes políticos autoritários, não obstante as múltiplas diferenças históricas, político-ideológicas e organizacionais, evidenciam processos análogos e resultados passíveis de associação. Seja, num regime colonial, entre as universidades «metropolitanas» e as das «colónias», seja, mesmo, após a democratização política e a independência, nos casos em que o controlo burocrático se continua a abater sobre as universidades, garantindo a hegemonia do poder central, político e administrativo. Com efeito, o controlo burocrático centralizado exercido sobre as universidades pelos diversos aparelhos estatais, tende a revelar-se uma invariante estrutural, não apenas em países africanos, e após a independência, mas igualmente nos contextos europeus após a descolonização e a institucionalização de regimes democráticos, como aconteceu com Angola e com Portugal, respectivamente. A burocracia autoritária-colonial parece manter alguns dos seus mais importantes traços de dominação nas instituições democráticas, não apenas em contextos de centralismo democrático de orientação socialista, mas também no quadro de regimes políticos pluralistas e de democracia liberal, de certa forma confirmando a tese weberiana. Em tais situações, não obstante as diferenças, o autogoverno, a autonomia democrática e a liberdade académica revelam-se objectivos muito difíceis de alcançar,

mesmo quando os textos constitucionais e a legislação já, formalmente, o garantem.

A lenta superação das dinâmicas de governamentalização das universidades, tendencialmente representadas como aparelhos instrumentais ao serviço de objectivos em cuja concepção não participam, exige que a autonomia técnica, ou procedimental, seja revitalizada pela autonomia substantiva, em diálogo e concertação com as autoridades estatais e com outras forças sociais. É imprescindível que o Estado defina políticas em diálogo e assuma a provisão de recursos públicos para as universidades públicas, sem porém as pretender controlar e enfraquecer em termos de governação. É a isto mesmo que chamamos governação democrática e autonomia institucional, algo muito mais fácil de verbalizar do que de concretizar nos distintos planos (eleições dos responsáveis universitários, políticas de investigação, currículo, métodos pedagógicos, gestão financeira e de pessoal, promoções, etc.).

Curiosamente, a fase de transição que se vive acrescenta grande complexidade ao estudo da universidade, seja porque em certos contextos se faz sentir de forma crescente a acção de instâncias transnacionais e supranacionais, de certa forma contribuindo para uma relativa «desnacionalização» da instituição universitária, ainda que, por outro lado, frequentemente impulsionada, ou, pelo menos, apoiada pelo Estado. Por outro lado, emergem dinâmicas de liberalização da oferta de educação superior e outras modalidades de descentralização e delegação por parte do Estado junto da chamada sociedade civil e do terceiro sector. Com frequência, porém, não se trata de uma

ampliação da esfera pública e de um processo de democratização da educação, baseados numa perspectiva sociocomunitária, mas mais do apoio à constituição da emergente universidade-empresa, ou universidade gerencial.

O livro de Eugénio Silva contempla já os ingredientes da referida complexidade em transição, objecto de contradições várias e de processos profundamente híbridos, abrindo pistas para ulteriores investigações. Em poucas décadas, com efeito, se transitou da universidade político-instrumental, sob um regime colonial, para um regime independente de tipo monopartidário e, depois, para graus diversos de abertura e autogoverno em contexto pluripartidário, embora sempre instáveis e por consolidar em termos da instituição universitária. Mas tal transição revelou-se não só não linear e não consolidada, até considerando a sua dificuldade de realização, mas, mais do que isso, vem-se revelando profundamente ambígua. Por um lado é a perspectiva sociocomunitária que se insinua, e que poderia assumir-se como alternativa à velha lógica colonial/pós-colonial da dominação burocrática centralizada por parte do Estado e dos seus aparelhos de controlo, em forte articulação com a cultura académica e a autonomia, em direcção a um autogoverno democraticamente legitimado e de tipo não insular. Mas, por outro lado, é o mercado que emerge em força e como alternativa de alargamento do acesso, da qualidade dos recursos, da internacionalização, etc., opção no mínimo paradoxal à luz da história recente, introduzindo no sistema angolano novas dinâmicas de privatização e de gestão, dispositivos de competição e emulação, que não podem deixar de se cons-

tituir como parte das políticas públicas e de responsabilizar um Estado em processo de reconfiguração.

Como irão as universidades públicas angolanas, e a UAN em particular, apropriar-se destas novas orientações políticas, integrar-se um campo organizacional mais heterogéneo e competitivo, articular-se entre si e reivindicar junto do poder político, legitimar-se democraticamente enquanto interlocutores institucionais mais ágeis e mais respeitados socialmente, encontrar aliados, elevar o seu *status* democrático e académico, são apenas algumas das inúmeras questões que o trabalho agora publicado justifica que coloquemos, incentivando ao respectivo estudo.

Licínio C. Lima

Braga, Universidade do Minho,

Fevereiro de 2012

Prólogo

Esboçar o percurso e a história da universidade em Angola é um exercício complicado pois a informação disponível está dispersa ou mesmo perdida nos depósitos das arrecadações ou em recantos da memória, o que exige um esforço de recuperação nem sempre exitoso. No entanto, a identificação profissional e o compromisso académico amenizaram esta tarefa que se impunha no sentido de devolver à sociedade angolana a imagem de uma instituição nacional de importância estratégica.

O presente trabalho, em que a Universidade Agostinho Neto (UAN) é objecto de estudo privilegiado, resulta de uma reflexão teórica e da abordagem empírica encetadas no âmbito de uma investigação de doutoramento que produziu uma obra mais vasta de que este livro é apenas uma parte. O interesse pelo estudo desta universidade deriva não só da condição de docente que me permitiu, através do exercício profissional iniciado em inícios da década de oitenta do século passado, um questionamento acerca da sua natureza, função social, *modus operandi*, condições e valores consubstanciadores da sua acção, mas também da preocupação em produzir um conhecimento sobre uma organização

académica com relevância na transformação da sociedade angolana.

O conhecimento de qualquer organização começa pela sua própria história e, neste caso, o conhecimento da estrutura, funcionamento, processos e dinâmicas que conferem significado à acção organizacional da UAN, passa pelo desvelamento do seu percurso e acção ao longo de períodos históricos diferenciados por que passou a sociedade angolana depois do 4 de Fevereiro de 1961, marco que representa uma viragem decisiva na evolução da colonização em Angola.

Nascida num contexto de pressão social das elites coloniais locais que reconheciam a necessidade da criação de uma universidade no «território ultramarino» numa fase de nítida expansão do sistema colonial-capitalista, a universidade em Angola tornou-se uma realidade ao serviço de interesses que, não coincidindo com os objectivos do governo português respeitantes à colonização, abriram perspectivas para uma emancipação socioeconómica da então colónia de Angola, cujos governantes, representando as elites locais, muito desejavam.

Dando corpo a esses objectivos, a universidade em Angola veio desenvolvendo uma acção relevante quanto ao conhecimento da realidade local, que se revelava importante e necessário para apoiar as políticas e estratégias de desenvolvimento da então colónia em matéria de intensificação da exploração dos recursos naturais. A universidade começava a assumir-se como factor de desenvolvimento e de adaptação das políticas sociais aos novos condicionalismos da colonização.

1 - A universidade na África subsahariana

Nesta análise da universidade africana considerar-se-á o período pós-colonial caracterizado pelas independências das ex-colónias que conseguiram, por via da luta política e armada de movimentos nacionalistas, derrotar o colonialismo e alcançar a sua independência política. Os novos países da África subsahariana ansiavam pelo desenvolvimento, tendo muitos deles optado pela via socialista, por oposição ao sistema capitalista e por influência da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)¹ que apoiara a luta de libertação.

No âmbito do desenvolvimento social dos novos países independentes, a universidade desempenhou aí um papel importante associado à recuperação e valorização da cultura africana, ao domínio da ciência e da técnica e à produção de elites de intelectuais² ao que Ki-Zerbo (1972: 383),

¹ Referindo-se ao papel da URSS no apoio ao movimento de libertação africano, Ki-Zerbo (1972: 161) considera que «o anticolonialismo soviético é apresentado não apenas com uma tarefa de libertação, mas também como uma contribuição para a paz mundial», no contexto da «guerra fria». Os líderes africanos optaram pelo sistema socialista representado pela URSS, que se apresentava como um modelo alternativo ao capitalismo explorador.

² Relativamente aos intelectuais, Ki-Zerbo (*id.*: 383) afirma que estes

2 - Universidade, Estado e burocracia em África

As relações de poder entre as universidades africanas e os respectivos governos podem ser caracterizadas segundo dois eixos opostos: de um lado, estão aquelas que mantêm relações estreitas, de subserviência mesmo, e que podem ser consideradas instrumentos de política governativa para a manutenção da ordem social vigente. Do outro lado, estão as que se assumem mais como factores de transformação social, sem operar, contudo, rupturas com a política dominante ou com os interesses instalados. Uma e outras concebem-se, apesar de tudo, como instâncias de produção de conhecimento e de formação de capital intelectual e, neste sentido, são vistas como agências de modernização. Em relação às primeiras pode-se falar de uma relação de cumplicidade com o Estado que as suporta, orienta e controla e, quanto às segundas, é possível avançar as desconfianças das estruturas do Estado (e do Partido) relativamente à fidelidade daquelas ao regime.

Estas relações devem ser compreendidas no contexto da forte intervenção do Estado¹ na sociedade africana (que,

¹ Relativamente às relações entre o Estado e a universidade, Miller (1995: 24-28) enquadra-as em quatro modelos essenciais: regulador,

4 - A Universidade de Angola e a construção nacional

A universidade em Angola tem uma história relativamente recente que esteve, desde o seu início, indissoluvelmente ligada à história e ao desenvolvimento do país. O seu surgimento abrupto e a sua evolução conturbada produziram-se sob consideração de políticas sociais que tinham como fundamento traduzir a ideia de desenvolvimento. De instrumento elitista da colonização a agente de luta revolucionária por uma nova sociedade, a universidade de Angola é exemplo de como uma organização social pode, em nome de políticas de Estado, integrar processos hegemónicos¹ que caracterizam a luta de clas-

¹ Para Apple (1999: 41) «o conceito de hegemonia refere-se a um processo em que os grupos dominantes de uma determinada sociedade se unem, de modo a formarem um bloco social que mantém e garante a sua liderança perante os grupos dominados» considerando ainda que esse processo não depende, necessariamente, de estratégias de coacção, apoiando-se na «aquiescência da ordem social prevalecente, formando um guarda-chuva ideológico debaixo do qual muitos grupos sociais se resguardam, embora mantendo divergências profundas entre si». No caso angolano, a Universidade, que apenas beneficiava a elite colonial, passou a representar os interesses das classes sociais outrora dominadas e em nome de quem se pretendia agora colocar ao serviço. Esta a razão da sua conceptualização como universidade de massas, com as consequências positivas e negativas de tal assunção.

5 - A mudança radical no ensino superior e a nova UAN

Os três últimos anos foram prolíficos em termos de mudanças no ensino superior o que conduziu à criação de um quadro completamente diferente decorrente da identificação dos pontos de estrangulamento e da tomada de um conjunto de medidas de que se destaca o desmembramento e o redimensionamento da UAN, em 2009, e a constituição de sete universidades públicas, dispersas por regiões académicas¹. Estas medidas enquadram-se no

¹ Região Académica I (Luanda e Bengo) integra: Universidade Agostinho Neto, Instituto Superior de Ciências da Educação, Instituto Superior de Educação Física e Desporto, Instituto Superior de Tecnologias de Informação e Comunicação, Instituto Superior de Serviço Social, Instituto Superior de Artes, Instituto Superior Politécnico do Bengo e Escola Superior Pedagógica do Bengo; Região Académica II (Benguela e Kwanza-Sul) integra: Universidade Katyavala Bwila, Instituto Superior de Ciências da Educação do Sumbe e Instituto Superior Politécnico do Sumbe; Região Académica III (Cabinda e Zaire) integra: Universidade 11 de Novembro; Região Académica IV (Lunda-Norte, Lunda-Sul e Malanje) integra: Universidade Lweji a Nkonde, Escola Superior Pedagógica da Lunda-Sul, Escola Superior Politécnica de Malanje e Instituto Superior Politécnico de Malanje; Região Académica V (Huambo, Bié e Moxico) integra: Universidade José Eduardo dos Santos, Instituto Superior de Ciências da Educação e Escola Superior Pedagógica do Bié; Região Académica VI (Huíla, Namibe, Kunene e Kwandu-Kuvangu) integra: Uni-

Epílogo

A UAN é uma instituição que nasceu praticamente das cinzas da sua antecessora se considerarmos que, de acordo com a «lei da negação da negação», uma das leis da dialéctica materialista, aquilo em que se tornou presentemente é o resultado de um processo de transformação radical que visava destruir o velho e caduco sistema colonial de ensino superior para implantar a «universidade nova» concebida segundo os preceitos marxistas-leninistas que faziam da universidade mais um dos instrumentos de transformação revolucionária da sociedade. Tendo passado por um processo de democratização e massificação que a tornariam acessível aos estratos sociais mais desfavorecidos, ou seja, aos representantes das maiorias outrora exploradas¹ e que agora constituem a base legitimadora da intervenção do partido no poder, a universidade foi reconvertida por dentro pois era importante

¹ Esta ideia é congruente com a tese defendida pelo MPLA de que «na hora de tomada de poder pelo proletariado e pelo seu aliado, o camponato, a universidade e as escolas superiores privilegiadas da minoria dirigente da época de dominação colonial e de exploração imperialista devem abrir as suas portas a toda a nossa juventude, às largas massas populares e aos filhos dos operários e camponeses» (*Teses e resoluções do I Congresso do MPLA*, 1978: 60).

adquirir uma «feição angolanizada» como expressão da sua inserção na sociedade angolana.

As orientações partidárias inicialmente em vigor impunham critérios e padrões ideológicos para fazer da universidade angolana uma instituição ao serviço da revolução e do povo², impregnada dos valores culturais nacionais³, para que fosse capaz de combater «os fenómenos da alienação intelectual que são a tara de numerosas universidades dos países do terceiro mundo»⁴. Esse processo implicou a reformulação dos planos de estudo dos cursos ministrados, que procuraram adoptar

«[...] características diferentes das da universidade colonial, com evolução positiva no que respeita ao tempo de duração e ao conteúdo programático (maior adaptação às realidades nacionais e, em particular, no domínio das ciências humanas, esforço de subordinação à ideologia marxista-leninista)» (*id.*: 38).

Encontrando-se na «flor da idade», a UAN vive presentemente os efeitos das mudanças sociais que insti-

² Para reforçar este desiderato, foi proclamado o lema «a ciência deve servir e apoiar a revolução» cujo significado inequívoco marcava a tônica dominante das várias esferas da actividade académica, servindo inclusivamente de padrão para avaliação do nível de engajamento ideológico dos docentes, ou seja, da sua fidelidade à linha política do MPLA enquanto partido no poder.

³ À universidade estava reservada uma função cultural no âmbito da qual teria de investigar as realidades culturais como forma de preservar a identidade cultural nacional e formar quadros nacionais na perspectiva de «multiplicadores culturais» (Documento de Estudo n.º 1, 1982: 34) e isso fazia dela «guardiã do património cultural do povo» (*id.*: 34).

⁴ Documento de Estudo n.º 1, 1982, p. 41.

tuíram o regime de «pluralismo político e abertura democrática» o que tem contribuído para adoptar concepções e práticas académicas mais consentâneas com as características dos tempos que correm, marcadas pelas influências da economia de mercado que transportam consigo as ideologias da qualidade e da competitividade que se vão impondo, e pela globalização cultural que transporta consigo os padrões, referenciais e critérios homogeneizadores em nome da permutabilidade e universalidade do saber. Estas condicionantes têm-se reflectido na estruturação dos contextos e práticas académicas no sentido de os tornarem mais democráticos e exigentes, obrigando à adopção de critérios que visam dignificar a carreira docente, a profissão e a universidade. Efectivamente, a tendência para a valorização dos graus académicos, da investigação e da produção científica constitui indicador da alteração das bases conceptuais da universidade que deixa de ter na ideologia partidária o suporte da sua acção para encontrar na ciência e na investigação o propósito e a legitimidade social da sua existência ganhando a partir daqui a confiança da sociedade e da comunidade científica internacional, em particular a africana.

A credibilização da universidade é um processo que deriva, em primeiro lugar, da sua capacidade de reestruturação no que se refere não só ao estabelecimento de estruturas e modos de funcionamento que assegurem a democraticidade, a colegialidade, a responsabilidade e a autonomia institucional, mas também à institucionalização de padrões e critérios de rigor e exigência. Advém também da valorização exterior da profissão docente, que

passa pela elevação dos níveis de qualificação e de desempenho dos docentes para que possam afirmar-se como profissionais dotados de autonomia e comprometidos com projectos académicos. Decorre ainda da concretização de políticas de financiamento sendo necessário negociar com o governo a atribuição das receitas necessárias para fazer face às necessidades de funcionamento e contractualizar financiamentos adicionais com outras instituições nacionais, destinados a projectos de investigação e desenvolvimento, na base de contrapartidas.

A universidade tem procurado realçar o seu papel cada vez mais importante no desenvolvimento social, na actual conjuntura de pacificação e reconstrução do país, mas a sua dependência financeira e o regime de tutela científica que configuram um quadro de «governamentalização suave», têm-na impedido de se afirmar como instituição capaz de identificar e interpretar as múltiplas demandas sociais e, nessa base, elaborar projectos internos de desenvolvimento ligados às várias áreas como a formação inicial e contínua (educação à distância e aperfeiçoamento profissional de quadros superiores), a investigação aplicada, etc., que constituiriam uma base de legitimação e credibilização social. Embora já tenha deixado de ser um «apêndice» do partido, a UAN não conseguiu ainda afirmar-se como verdadeira «comunidade académica», sobre ela recaindo representações de instituição «deficitária», cujo nível de intervenção no progresso social, mesmo no que se refere à «produção» de técnicos e profissionais tem sido questionado. Por estas razões, ainda não pode ser um interveniente privilegiado na formação do capital social passível de ser convertido em

*know-how*⁵ nem pode assumir-se inteiramente como instituição capaz de enfrentar, analisar e resolver os problemas próprios de uma sociedade em vias de desenvolvimento.

Como resultado do desaparecimento da hegemonia partidária estabeleceu-se na UAN um clima de «liberalização ideológica e académica» da actividade universitária. Se, por um lado, isso veio abrir espaço para a expressão dos valores académicos fundados na autonomia, na responsabilidade, na filiação científica, na colegialidade e cooperação interuniversitária, conduzindo à afirmação social da universidade, por outro lado, o surgimento da «concorrência» das universidades privadas não deixa de constituir motivo de preocupação, sendo conveniente questionar e repensar as funções, as condições de funcionamento, as estratégias e os objectivos de desenvolvimento da universidade pública, processo no qual o Estado e os parceiros sociais devem ser chamados a intervir.

Tal como vem ocorrendo na sociedade angolana, a UAN vive actualmente um momento crucial e decisivo de viragem que representa uma oportunidade de sobrevivência e afirmação num contexto de abertura do espaço educativo à intervenção de outros agentes educativos

⁵ De acordo com a perspectiva de Drucker (1993: 181: 190) que assume que o saber é um factor de competitividade, facilmente se compreende como ele pode constituir um recurso fundamental para as sociedades modernas e, juntamente com a informação, «são os únicos — no mínimo os principais — produtores de riqueza» (p. 181). A produtividade da economia passa a estar cada vez mais dependente da quantidade e qualidade do saber disponível que rapidamente se converte em inovações realizáveis, o que se constitui em factor de competitividade à escala mundial.

agindo ao abrigo das lógicas da economia de mercado e da desregulação estatal. Isto é a evidência da sua capacidade de adaptação e resposta criadora aos novos desafios que se lhe apresentam nesta fase de reconstrução nacional. Neste processo lento e complexo, esta organização académica, dotada de mais e melhores recursos docentes, animada por projectos de relançamento, tem pretendido dotar-se de uma dinâmica e tornar-se mais actuante não deixando, todavia, de sofrer os constrangimentos originados pela escassez de recursos financeiros e por um regime de tutela que inviabiliza a sua plena autonomia.

O contexto social angolano em mutação, caracterizado pelo pluralismo político, condição que consubstancia a democratização do regime, é propiciador de um exercício de auto-reflexão no sentido da redescoberta das suas missões essenciais face às demandas de uma sociedade em desenvolvimento afectada também pelos efeitos da globalização cultural e científica em curso. Assim, a produção e difusão do conhecimento constituem apenas o ponto de partida de uma acção cuja finalidade principal se dirige também para a compreensão, preservação e promoção da cultura democrática, para a descoberta e a inovação enquanto suportes do progresso científico e tecnológico, para a formação contínua avançada dos recursos humanos no âmbito da educação e formação ao longo da vida e da capacitação para o exercício activo da cidadania, para a intervenção transformadora junto do sector produtivo nacional e para a «prestação de serviços à comunidade no quadro de contratualização entre o poder político e o poder académico» (SIMÃO, SANTOS & COSTA 2002: 360).

Convém destacar alguns aspectos específicos caracterizadores da UAN no que diz respeito ao papel que foi reservado à universidade enquanto componente importante vinculada a um processo de transformação revolucionária da sociedade angolana. Num passado recente, a universidade não era apenas o espaço de divulgação do conhecimento e do debate científico, da formação elevada de técnicos e quadros mas, acima de tudo, um locus de relançamento cultural e de formação ideológica visando a produção de uma elite que seria a vanguarda do socialismo em Angola, ou seja, o grupo de actores a quem competiria a responsabilidade de dirigir o processo de transformação revolucionária da sociedade à luz dos valores e princípios ideológicos que orientavam a mudança social.

Este objectivo foi estruturante no que respeitava à organização administrativa e política da instituição, desde logo destacando a dimensão político-ideológica da missão universitária. A universidade, enquanto «aparelho ideológico» era considerada pelo Estado como um «órgão supletivo» na educação ideológica dos quadros em geral, cabendo-lhe a formação dos técnicos e profissionais capazes de se assumirem como «aliados naturais». A interiorização deste papel, pelos quadros formados, foi importante como factor de institucionalização da ideologia dominante e dos métodos de trabalho preconizados pelo partido no poder, funcionando como mecanismo amortecedor de resistências e como agente condicionador de comportamentos congruentes com a ideologia que se pretendia implantar.

Deve reconhecer-se que esta universidade, em qualquer dos períodos da sua história, foi sendo palco de con-

fronto político que, no essencial, se dirigia à implantação de um sistema político-ideológico inscrito no processo revolucionário que pretendia converter a própria instituição em aparelho do regime. Não tendo sido um processo pacífico por causa da interferência das variáveis académicas que os docentes faziam questão de salvaguardar, o certo é que a dimensão política sobressaiu inicialmente face à necessidade de dar corpo a um projecto político-ideológico dirigido pelo partido no poder. A presença deste partido-Estado, enquanto força determinante da acção institucional, estabeleceu condições para transformar uma organização cognocrática⁶ sujeita a lógicas académicas inerentes, numa instituição cooptada pelo regime e com a missão específica de o reproduzir. Esta missão imposta do exterior constituiu a base da politização da universidade angolana cuja existência se caracterizava pelo conflito entre a realização da missão socialmente incumbida e o cumprimento do seu papel de universidade cujas agendas académicas não podem estar totalmente dependentes do seu compromisso com o regime.

A acção desta universidade esteve na dependência directa do papel assumido pelo partido dirigente nas diferentes fases históricas da evolução da sociedade ango-

⁶ Conceição *et al.* (1998: 197) consideram que a universidade é uma organização cognocrática porque o conhecimento, enquanto fundamento e essência da sua actividade fundamental, constitui fonte de autoridade e base da organização interna — departamentos e áreas do saber (*id.*: 184). Drucker (1970: 397) reconhece e valoriza a relação entre a organização do conhecimento e a organização da universidade o que lhe acrescenta a função de serviço comunitário que consiste na «transformação do conhecimento em acção e resultados para a comunidade» (*id.*: 395).

lana. Quando exercia o poder, o MPLA, na condição de partido único, as suas orientações sobrepunham-se com a força impositiva própria de regimes autoritários, determinando o sentido das políticas e decisões que a estrutura administrativa da universidade se encarregava de cumprir. Admitia-se, assim, a subordinação do aparelho administrativo ao poder político que estava presente através de estruturas paralelas e mecanismos directos de intervenção na tomada de decisões. A dinâmica no interior da universidade era teoricamente influenciada por três forças: a do aparelho partidário, accionada através dos seus agentes ou dos ocupantes de cargos de direcção; a da estrutura burocrática da administração, que recorria à lei e aos seus funcionários nomeados segundo a lealdade ao regime; e a do corpo académico representado pelos docentes, cujas lógicas se guiavam por interesses profissionais e corporativos. A interacção entre estas três forças dependia das contingências próprias de uma governação académica subordinada a interesses externos (do partido e do governo) os quais determinavam o processo político interno de produção e execução de decisões. Na prática, estas forças reduziam-se apenas a uma porque quer os administrativos quer os docentes se encontravam cooptados pelo sistema político, não dispondo de espaço de manobra para a expressão de outras lógicas ou racionalidades para além das políticas.

A lógica político-ideológica era dominante e determinante na configuração das políticas e decisões, estruturando os espaços de decisão não como lugares de confronto e consensualização, mas como locus de ritualização e endoutrinamento dada a necessidade de garantir a

convergência da acção académica com as posições do partido e assegurar o consenso em torno da ideologia dominante. A administração universitária procurava, nas áreas em que tinha competências asseguradas, gerar e desenvolver medidas que fossem congruentes com os interesses do partido, respondendo directamente perante as estruturas partidárias de modo a manifestar não só a sua lealdade como também a sua competência técnica de que poderia obter uma importante fonte de poder. Aos docentes restava-lhes a sua competência pericial de que pouco lhes valia uma vez que as orientações políticas prevaleciam sobre todas as outras. Por isso, sentiam-se quase sempre à margem dos processos decisórios mesmo quando participavam nos órgãos em que estavam representados, acabando por reconhecer que essa participação era meramente simbólica, integrando o ritual da democracia colegial subordinada ao princípio do «monolitismo político».

Contrariamente ao sentimento de marginalização que os docentes denotavam face à sua situação de dependência ideológica que interpretavam como ingerência na sua esfera académica, levando-os a agir com cautelas para não quebrarem os elos de fidelidade ao partido, a estrutura burocrática soube lidar com esta situação respondendo prontamente às exigências de legitimação e contornando os obstáculos inerentes à incompatibilidade entre posições ideológicas e o quadro legal vigente e derivados do conflito latente entre as orientações políticas e as burocráticas. A abertura democrática que ocorreu recentemente parece não ter afectado o nível de actuação do sistema administrativo que, quando muito, poderia ter-se flexibili-

zado no sentido de agilizar práticas e processos que fazem parte da dinâmica do exercício do poder. Os efeitos desta abertura foram registados no plano académico ao permitir aos docentes a mobilização em torno das questões inerentes ao seu trabalho específico e em torno da produção das políticas académicas já que interpretavam o novo clima sociopolítico como um desafio à sua participação e intervenção política na tomada de decisões.

Um dos efeitos desta mudança política ocorrida em meados dos anos noventa foi a relativização do papel do partido na vida da universidade, o que, todavia, não significou a sua despolitização. As estruturas académicas e os actores universitários passaram a agir recorrendo a várias referências cultural e simbolicamente significativas em contexto de diversidade e pluralismo democrático, o que tornou mais complexos e morosos os processos de consensualização, contratualização e compromisso. Não existindo agora a força impositora de um partido único, o que não pressupõe a inexistência de políticas vigentes, a administração tem agora mais margens de manobra e os actores passaram a dispor de maior autonomia na produção de decisões e políticas.

A democratização interna ocorrida na UAN com efeitos no aumento da autonomia e liberdade académicas veio constituir uma condição para a expressão de lógicas e orientações que originaram condições de participação activa e geraram mecanismos reguladores para impedir a desintegração da estrutura. A credibilização da universidade como espaço de diálogo passa agora pela sua capacidade de reestruturação interna no que se refere não só ao estabelecimento de estruturas e modos de funcio-

namento que assegurem a democraticidade, a colegialidade, a responsabilidade e a autonomia institucional mas também à institucionalização de padrões e critérios de rigor e exigência em função dos quais se possa viabilizar a produção de políticas que estimulem a autonomia, a autoformação, a dignificação da carreira e da profissão e, acima de tudo, a afirmação da universidade como exemplo de democracia e cidadania.

A liberalização ideológica e académica do contexto universitário veio constituir uma condição importante para a expressão dos valores académicos fundados na autonomia, na liberdade académica, na responsabilidade, na colegialidade e cooperação interuniversitária, conduzindo à afirmação social da universidade, já que esta deixa de ser um reduto ideológico do regime para se afirmar como agente de desenvolvimento, comprometido com o progresso social. A política educativa influenciada agora pelos valores da competitividade e da qualidade, serve de fonte de inspiração para a estruturação do contexto universitário como lugar de debate público e de construção negociada do saber, tornando os actores em agentes participativos que podem contribuir para a construção de políticas em cuja base esteja o desenvolvimento da instituição e da sociedade angolana. A subordinação da gestão académica a estas lógicas da qualidade e da *accountability* pode redundar numa despolitização dessa gestão face aos critérios tecnocráticos da eficácia e eficiência em que o que conta são os resultados.

O momento actual caracterizado pela reestruturação do ensino superior em que é notória a tendência recentralizadora do novo órgão de tutela — o MESCT — re-

presenta a oportunidade para encetar uma viragem na acção UAN no que se refere à reconquista da dignidade académica sendo-lhe exigida a adopção de uma estratégia de afirmação através de um trabalho rigoroso e exigente baseado num compromisso social que se traduza num contributo reconhecível e avaliado de forma independente. Portanto, será por via da avaliação do desempenho institucional que a UAN poderá recuperar o capital de confiança que fará dela uma instituição de referência em Angola.

A afirmação desta universidade depende fundamentalmente, entre outros factores, da adopção de políticas de rigor, exigência e compromisso social face aos desafios da internacionalização, da mobilidade, do intercâmbio científico e tecnológico e da assunção de estratégias que a tornem um suporte da actividade produtiva nacional, através da difusão do conhecimento e dos resultados da investigação, factores dos quais depende a criação de um capital social que é o maior recurso com que uma sociedade pode contar. À UAN resta-lhe o desafio de se converter num agente impulsionador do progresso científico-técnico e cultural de Angola resgatando-se com isso o mérito e o valor de uma organização que é fundamental para o desenvolvimento nacional. É preciso, portanto, que a imagem desta universidade não se fique a dever apenas aos símbolos que a ela estão associados mas que corresponda efectivamente a realizações concretas em cuja base estará a fonte da sua dignificação e credibilização o que pressupõe a adopção das lógicas de avaliação da qualidade do seu desempenho, enquanto condição determinante para o resgate da credibilidade social. E, tal

como aconteceu no passado, a UAN continuará sendo parte imprescindível do processo de reconstrução nacional que não pode dispensar os contributos desta instituição pois nenhuma sociedade que aspire a um desenvolvimento sustentável se pode dar ao luxo de ignorar o papel da universidade, do conhecimento e dos intelectuais.

Bibliografia

1. - Obras publicadas

ADAMS M. N., BAH-LALYA I. & MUKWESO M.

1991, «Francophone West Africa», in P. G. Altbach (Editor), *International higher education. An Encyclopaedia*. Chicago e Londres, St. James Press, pp. 349-373.

AFONSO A. J.

1998, «Estado, mercado, comunidade e avaliação», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 51, pp. 109-135.

ALTHUSER L.

1984, «L'appareil idéologique d'État en tant qu'appareil dominant», in A. Gras, *Sociologie de l'Education*. Paris, Librairie Larousse, pp. 335-347.

ANKOMAH B.

1989, «Students in ferment», *New African*, Londres, Maio, pp. 9-10.

APPLE M. W.

1999, *Políticas culturais e educação*. Porto, Porto Editora.

ASSOCIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA
2000, *x Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*, Ponta Delgada, AULP.

AUALA R. K.

1991, *Current main trends and issues facing higher Education in Africa*, Paris, UNESCO.

ÁVILA P.

1997, «A distribuição do capital científico: Diversidade interna e permeabilidade externa no campo científico», *Sociologia. Problemas e Práticas*, n.º 25, Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE.

BALDERSTON F. E.

1995, *Managing today's University. Strategies for viability, change and excellence*, São Francisco, Jossey-Bass Publishers.

BALL S. J.

2001a, *Reformar escolas, reformar professores e os terrores da performatividade*, II Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação, Braga, Universidade do Minho, pp. 9-22.

2001b, *Directrizes políticas globais e relações políticas locais em Educação*, Currículo sem Fronteiras [www.curriculosemfronteiras.org].

BANCO MUNDIAL

1988, *África subsahariana. Da crise até ao crescimento sustentável*, Washington.

2000, *O ensino superior nos países em desenvolvimento: Perigos e esperanças*, Lisboa, AULP – Associação das Universidades de Língua Portuguesa.

2009, *Faire de l'enseignement supérieur le moteur du développement en Afrique sub-saharienne*, Washington.

BARBOSA M.

1999, *Olhares sobre educação, autonomia e cidadania*, Bra-

Trends in the mobility of students, teachers and researchers,
Dakar, UNESCO.

KAST E. F. & ROSENZWEIG J. E.

1980, *Organização e administração. Um enfoque sistémico*,
São Paulo, Livraria Moreira Editores.

KI-ZERBO J.

1972, *História da África Negra*, volume II, Mem Martins,
Europa-América.

LEITE D.

2003, «Avaliação institucional, reformas e redesenho
capitalista das universidades», in J. Dias Sobrinho &
D. I. Ristoff (Organizadores). *Avaliação e compromisso pú-
blico. A educação superior em debate*, Florianópolis, Insu-
lar, pp. 53-76.

LENINE V. I.

1975, *O Estado e a revolução*, Lisboa, Estampa.

LIMA L. V. C.

1992, *A escola como organização e a participação na orga-
nização escolar*, Braga, Instituto de Educação da Uni-
versidade do Minho.

LIMA L. C. V.

1996, «Educação de adultos e construção da cidadania
democrática: Para uma crítica do gerencialismo e da
educação contábil», *Inovação*, n.º 9, Lisboa, Instituto de
Inovação Educacional, pp. 283-297.

LYOTARD J.-F.

1989, *A condição pós-moderna*, Lisboa, Gradiva.

MALIYAMKONO T. L.

1991, «Tanzania», in P. G. Altbach (Editor) *Internatio-*

nal higher education. An Encyclopaedia, Chicago e Londres, St. James Press, pp. 425-435.

MARKIEWICZ-LAGNEAU J.

1973, *Educação, igualdade e socialismo*, Lisboa, Seara Nova.

MATEUS D. C.

(1999). *A Luta pela independência. A formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*, Mem Martins, Editorial Inquérito.

MENDES M. C. & SILVA E. A.

2010, *Avaliação institucional na Universidade Agostinho Neto (Angola). Percepções, práticas e desafios*, Havana, Memórias do VIII Congresso Internacional de Educación Superior, pp. 517-528.

MIERA A. Saénz de

1998, «Perspectivas económicas y empresariales de la Universidad del futuro», *Revista Educação e Sociedade*, n.º 2, «Colóquio Educação e Sociedade: Reinventar a Universidade», pp. 25-39.

MILLER H. D. R.

1995, *The management of change in universities. Universities, State and Economy in Australia, Canada and the United Kingdom*, Buckingham, Open University Press.

MOSCA J.

2001, *Encruzilhadas de África. Ênfase para os PALOP*, Lisboa, Instituto Piaget.

MUSIAL K.

2007, «Regional universities in the Baltic Sea region: Higher education and regional education», in D. Bridges, P. Juceviciènè, R. Jucevicius, T. McLaughlin & J. Stankeviciutè (Editor) *Higher education and national de-*

XXI. *Para uma Universidade nova*, Coimbra, Almedina, pp. 15-129.

SANTOS M. dos

1970, *História do ensino em Angola*, Luanda, Edição dos Serviços de Educação.

SAWYERR A.

1994, «Relations between Government and Universities», in G. Neave & F. A. Van Vught (Editores), *Government and higher education relationships across three continents — the winds of change*, Exeter, Pergamon Press.

SCHULTZ T. W.

1973, *O capital humano: Investimento em educação e pesquisa*, Rio de Janeiro, Zahar.

SCOTT W. R.

1995, *Institutions and organizations*, Thousand Oaks, Sage Publications.

SELZNICK P.

1971, «Cooptação: Um mecanismo para a estabilidade organizacional», in E. Campos, *Sociologia da burocracia*, Rio de Janeiro, Zahar, pp. 93-100.

SENGHOR L. S.

1997, *Négritude et civilisation de l'Universel*, Paris, Seuil.

SERRÃO J. V.

1983, *História das Universidades*, Porto, Lello & Irmão.

SILVA E. A.

1998, «Profissionalização: Ser professor em Angola — os meandros de um processo de afirmação profissional», in *Anais do II Congresso internacional de formação de professores nos Países de Língua e Expressão Portuguesas*, Por-

to Alegre, Editora da Universidade Luterana do Brasil, pp. 119-132.

SILVA E. A.

2004, *O Burocrático e o político na administração universitária. Continuidades e rupturas na gestão dos recursos humanos docentes na Universidade Agostinho Neto (Angola)*, Braga, Centro de Investigação em Educação. Universidade do Minho.

2009, «Autonomia e liberdade académicas na UAN: Realidade ou utopia?», *Revista Angolana de Sociologia*, n.º 3, Luanda, pp. 9-29.

SIMÃO J. V., SANTOS S. M. & COSTA A. A.

2002, *Ensino Superior: Uma visão para a próxima década*, Lisboa, Gradiva.

SMITH R.

2007, «Conceptions of the University and demands of contemporary societies», in D. Bridges, P. Juceviciènè, R. Jucevicius, T. McLaughlin & J. Stankeviciutè (Editor), *higher education and national development. Universities and societies in transition*, Londres e Nova Iorque, Routledge, pp. 30-39.

SNYDERS G.

1976, *École, classe et lutte de classes. Une relecture critique de Baudelot-Establet, Bourdieu-Passeron et Illich*, Paris, PUF.

SOARES T. S.

1971, *Estudos de Humanidades*, Luanda, Universidade de Luanda. V. II.

SOBRINHO J. D.

2000, *Avaliação da educação superior*, Petrópolis, Vozes.

2008, «Universidade: Processos de socialização e pro-

Biobibliografia do Autor

Eugénio Adolfo Alves da Silva, nasceu em Angola em 1957. Iniciou a actividade profissional como professor do Ensino Básico em 1976, em Luanda, tendo leccionado também em escolas do Ensino Médio e Pré-Universitário no Lubango. Em 1982, ainda estudante universitário, ingressou como monitor no quadro docente do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) do Lubango (Huíla), onde leccionou até 1992.

Em 1985 licenciou-se em Ciências da Educação, na opção Pedagogia, no ISCED (Lubango), da Universidade Agostinho Neto. Possui o Mestrado em Educação, na especialidade de Administração Escolar, obtido na Universidade do Minho e doutorou-se em Educação, na área de especialização de Organização e Administração Escolar, nesta mesma universidade, em 2003.

Exerce funções docentes no Instituto de Educação da Universidade do Minho, desde 1994, onde lecciona disciplinas de Metodologia de Investigação, Metodologia de Projectos, Formação e Gestão de Recursos Humanos, Administração Educacional em cursos de Licenciatura e de Pós-Graduação. Tem orientado estágios curriculares, elaboração de dissertações de mestrado e teses de doutoramento e participado em júris académicos.

As questões da educação em Angola e do sistema educativo angolano têm constituído motivo de permanente reflexão e investigação, em relação às quais tem realizado intervenções em diversos fóruns nacionais e internacionais e publicado artigos sobre esta e outras temáticas.

Tem actuado como consultor em algumas escolas do ensino básico e secundário de Braga nas áreas do projecto educativo e da avaliação institucional e como formador, tendo orientado em 2009 uma acção de capacitação para gestores académicos das universidades angolanas, sob os auspícios da Secretaria de Estado para o Ensino Superior.

Tem desenvolvido acções de consultoria e formação junto de algumas universidades públicas angolanas nas áreas do planeamento estratégico e desenvolvimento organizacional, da avaliação institucional e da gestão e administração universitária.

Publicações

Livros

FREITAS M. Luísa F., SILVA Eugénio A. & SANTOS M. Luísa R. 1998, *Uma escola à procura de rumo. Estudo de caso*, Lisboa, Ministério da Educação.

SILVA Eugénio A.

2004, *O burocrático e o político na administração universitária. Continuidades e rupturas na gestão dos recursos humanos docentes na Universidade Agostinho Neto (Angola)*. Braga, CIED/Universidade do Minho.

Capítulos de livros

SILVA Eugénio A.

2008, «Imagens organizacionais da universidade», in J. Dias Sobrinho, Dilvo Ristoff & Pedro Goergen (Organizadores), *Universidade e sociedade: Perspectivas internacionais*, Sorocaba, EDUNISO e RAIES, pp. 73-104.

2010, «Um olhar organizacional à luz das perspectivas de análise burocrática e política», in Licínio Lima (Organizador) *Perspectivas de Análise Organizacional das Escolas*, Vila Nova de Gaia, Fundação Manuel Leão, pp. 59-108.

SILVA Eugénio A. & MENDES M. Conceição B.

2010, «Avaliação institucional na universidade. Percepções, práticas e desafios», in C. Mendes & T. Manuel (Organizadores) *Compreensão da Universidade*, Benguela, KAT – Empreendimentos e Consultorias, pp. 9-39.

SILVA Eugénio A.

2011, «Ser criança no meio rural em Angola: Infância, tradição, educação e cidadania», in Verónica Müller (Organizadora) *Crianças dos Países de Língua Portuguesa: Histórias, culturas e direitos*, Maringá, EDUEM, pp. 23-62.

2011, «Universidade pública angolana e gestão académica: Entre a burocracia e a política», C. Mendes & T. Manuel (Organizadores) *Compreensão da Universidade*, Benguela, KAT – Empreendimentos e Consultorias, pp. 35-59.

SILVA Eugénio A. & MENDES, M. Conceição B.

2011, «Avaliação institucional como mecanismo de regulação estatal da universidade pública em Angola: Re-

apresentações e práticas», in C. Mendes & T. Manuel (Organizadores) *Compreensão da Universidade*. n.º 2, Benguela, KAT – Empreendimentos e Consultorias, pp. 61-79.

Artigos

SILVA Eugénio A.

2006, «Imagens organizacionais da Universidade», *Revista Avaliação*, Campinas, RAIES, volume 11, n.º 3, pp. 37-68.

2009, «Educação, globalização e cidadania. Desafios, tendências e estratégias da educação», *Kulonga*, n.º 4, Luanda, pp. 27-55.

2009, «Autonomia e liberdade académicas na UAN: Realidade ou utopia?», *Revista Angolana de Sociologia*, n.º 3. Luanda, pp. 9-29.

MENDES J., SILVA E. A. & CABECINHAS R.

2011, «Memória colectiva e identidade nacional: Jovens angolanos face à História de Angola», M. L. Martins, R. Cabecinhas & L. Macedo (Editores) *Anuário internacional de comunicação lusófona 2010*, Lisboa, Grácio Editor, pp. 205-221.

SILVA Eugénio A. & MENDES M. Conceição B.

2011, «Avaliação institucional e regulação estatal das universidades em Angola», *Revista Educação, Sociedade e Culturas*, n.º 33, Porto, pp. 45-57.

Comunicações em actas

SILVA Eugénio A.

1998, «Profissionalização: Ser professor em Angola — Os meandros de um processo de afirmação profissional», *Anais do II Congresso internacional de formação de pro-*

fessores nos Países de Língua e Expressão Portuguesas, Porto Alegre, Editora da ULBRA, pp. 119 -132.

2000, «Gestão estratégica e projecto educativo de escola. Liderança e estratégia nas organizações escolares», *Actas do I Simpósio sobre organização e gestão escolar*, Aveiro, Universidade de Aveiro, pp. 217-238.

2002, «Projecto educativo de escola e dinâmica organizacional escolar: Representações e participação dos professores», in C. Estêvão, A. Afonso & L. Lima (Organizadores), *Política e administração da educação: Investigação, formação e práticas*, Braga: CIED, pp. 861-873 [Edição em CDRom].

FREITAS Ana C., VASCONCELOS Rosa & SILVA Eugénio A.

2003, «Qualidade e inovação no ensino de engenharia: A aprendizagem cooperativa e por projectos como metodologia de ensino-aprendizagem», 3.º Congresso Luso-Moçambicano de Engenharia, Maputo, pp. 90-103.

SILVA Eugénio A.

2004, «Direito à educação e educação para todos numa sociedade em desenvolvimento. O caso de Angola», VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

[[ww.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs.p.ainel54/Eu geniodaSilva.pdf](http://ww.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs.p.ainel54/Eu%20geniodaSilva.pdf)].

2005, «Educação para a cidadania e harmonização social: Educar cidadãos civicamente esclarecidos», *Actas do colóquio «La reconstruction de l'Angola dans la phase actuelle»*, Paris, Éditions du Centre Culturel Angolais, pp. 39-63.

2006, «Os desafios da construção de uma cidadania de-

mocrática em Angola», *Actas do colóquio «Angola: La nation et l'État»*, Paris, Éditions du Centre Culturel Angolais, pp. 85-110.

SANTOS Henrique, MENDES Isabel, LEÃO Celina, SOARES Filomena & SILVA Eugénio

2007, «Streaming media in different contexts: Engineering and education graduation», *IADIS International Conference, e-Learning, Proceedings da Conferência*, Lisboa, pp. 327-333 [Edição em CDRom].

SILVA Eugénio A. & SILVA Cristina M.

2008, «Desenvolvimento social, educação e cidadania: Para uma vida condigna em Angola», *Actas do colóquio «Angola, trente années d'indépendance: Souveraineté, union nationale et bien-être populaire»*, Paris, Centre Culturel Angolais, pp. 95-132.

SILVA Eugénio A.

2009, «Ensino superior em Angola e formação de profissionais de educação», in Manuel C. Silva et al. (Organizadores) *Actas do X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, volume III. Braga, Centro de Investigação em Ciências Sociais, pp. 86-95

[<http://www.xconglab.ics.uminho.pt>].

2009, «Educação, cidadania e género em Angola: Entre a tradição, os direitos humanos e os ODM. Investigar, avaliar, descentralizar», *Actas do X Congresso da SPCE*. Bragança, SPCE e ESE/IPB [Edição em CDRom].

MENDES M. Conceição B. & SILVA Eugénio A.

2010, «Avaliação institucional na Universidade Agostinho Neto (Angola). Percepções, práticas e desafios», *Memórias do VIII Congresso Internacional de Educación Superior*, Havana, pp. 517-528.

SILVA Eugénio A.

2011, «Ciências da Educação: Novos espaços de intervenção e perfis de formação», in E. A. Silva e P. M. Bondo (Organizadores) *Actas do I Encontro Nacional das Ciências da Educação. Repensar a profissionalização em Ciências da Educação*, Braga, CIED, Universidade do Minho, pp. 23-42.

2011, «Educação oficial e educação tradicional em Angola: Diálogo possível ou contradição irresolúvel?» in Bento D. Silva, Leandro S. Almeida, Alfonso Barca e Manuel Peralbo (Organizadores), *Actas do XI Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia*, La Coruña, Universidade da Coruña, pp. 2545-2556 [Edição em CDRom].

SILVA Eugénio A. & MENDES M. Conceição B.

2011, «Avaliação da qualidade e qualidade da avaliação na Universidade Agostinho Neto (Angola)», *Anais Eletrônicos*, XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Salvador da Bahia
[http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306172599_arquivo_avaliacaodaqualidadeequalidadedaavaliacao.pdf].

SILVA Eugénio A.

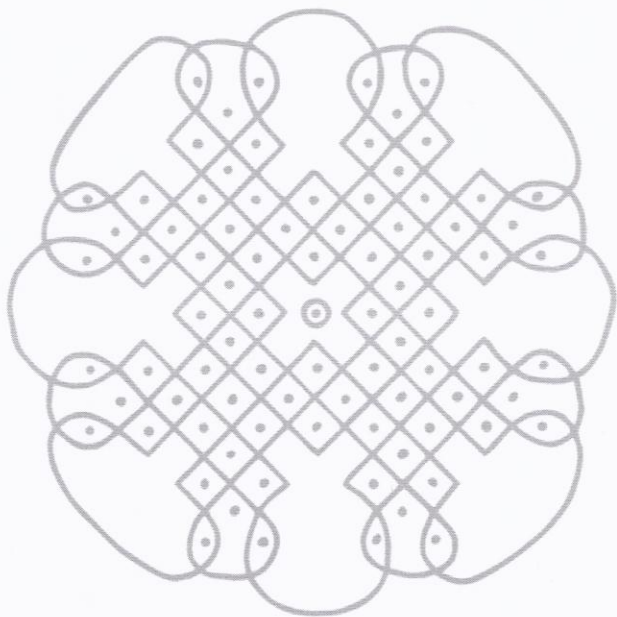
2011, «Educação no meio rural em Angola. Tradição, (des)igualdade de género e cidadania», *Anais Eletrônicos*, XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Salvador da Bahia
[http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306854983_arquivo_educacaomeio ruralangola-xiconlab.pdf].

Este livro foi composto no mês de Dezembro de dois mil e onze e impresso no mês de Maio de dois mil e doze, nesta cidade de Luanda, República de Angola, pelas EDIÇÕES DE ANGOLA, LDA., para a EDITORIAL KILOMBELOMBE, LDA., e foi subvencionado pelo Banco de Poupansa e Crédito (BPC).





9 789898 1368171



TEMAS & DEBATES - N.º 3